



A ESCOLA MERCANTILIZADA: PLATAFORMIZAÇÃO E A PEDAGOGIA DO CAPITAL

The commercialized school: platformization and the pedagogy of capital

La escuela comercializada: plataformización y la pedagogía del capital

Everton Henrique Eleutério Fargoni¹, Mayna Zacarias², Elana Simone Schiavo Caramano³

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos – SP, Brasil

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar criticamente os nexos entre financeirização, plataformação e precarização do trabalho, tomando a educação como campo estratégico em que se expressam as contradições do capitalismo contemporâneo. A discussão insere-se no marco dos trinta anos da Reforma do Aparelho do Estado no Brasil, compreendida como divisor histórico que reconfigurou o papel estatal, deslocando-o da garantia de direitos sociais para a indução de mercados educacionais, com forte presença de conglomerados privados e fundos de investimento. O percurso metodológico adotado combina revisão bibliográfica, análise documental e experiências acumuladas em congressos, seminários, grupos de pesquisa, orientações de teses e imersões em escolas e universidades, privilegiando uma abordagem hermenêutico-crítica. Os resultados evidenciam que a educação tem sido capturada por lógicas mercantis e digitais, convertendo escolas em clientes de pacotes empresariais, submetendo professores a intensificação do trabalho mediado por algoritmos e transformando estudantes em perfis de consumo e dados comercializáveis. A plataformação aparece como expressão da nova racionalidade neoliberal, na qual a promessa de modernização convive com a compressão da autonomia pedagógica e o enfraquecimento da dimensão pública da escola. A conclusão aponta que a educação, convertida em ativo financeiro, configura-se como um novo “ouro digital” no interior do capitalismo, em que a expansão de modalidades a distância e de plataformas amplia o acesso, mas coloca em risco a função emancipatória do ensino, exigindo regulação pública, valorização docente e defesa da escola como direito social inalienável.

Palavras-chave: Educação; Neoliberalismo; Plataformização; Precarização do trabalho.

ABSTRACT

This article aims to critically analyze the links between financialization, platformization, and precarious work, taking education as a strategic field in which the contradictions of contemporary capitalism are expressed. The discussion is framed within the thirty-year history of the Reform of the State Apparatus in Brazil, understood as a historical watershed that reconfigured the state's role, shifting it from guaranteeing social rights to inducing educational markets, with a strong presence of private conglomerates and investment funds. The adopted methodological approach combines bibliographical review, documentary analysis, and experience gained from conferences, seminars, research groups, dissertation supervision, and

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutor em Educação, Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Economia Política da Educação e Formação Humana (GEPEFH) e pesquisador colaborador do eixo de pesquisa Produção de Conhecimento na Educação Superior e Trabalho Docente da Rede Universitas/BR. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-7536-9126>. E-mail: evertonfargoni@gmail.com

² Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Doutoranda em Educação, Pesquisadora do Grupo de Trabalho "Produção de Conhecimento na Educação Superior" da Rede Universitas/BR. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0003-1675-7131> E-mail: maynazacarias1@gmail.com

³ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Doutoranda em Educação, Professora de Língua Inglesa e Língua Portuguesa na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, Membro do Grupo de Estudos em Educação Popular (GEPEP) atuando como pesquisadora na UNESP- Bauru, membro do grupo de estudos GEPEJA pela Universidade Federal de São Carlos. ORCID id: <https://orcid.org/0009-0007-2992-9605>. E-mail: elanacaramano13@estudante.ufscar.br

immersion in schools and universities, prioritizing a hermeneutic-critical approach. The results demonstrate that education has been captured by mercantile and digital logics, converting schools into clients of corporate packages, subjecting teachers to an intensification of work mediated by algorithms, and transforming students into consumer profiles and marketable data. Platformization emerges as an expression of the new neoliberal rationality, in which the promise of modernization coexists with the compression of pedagogical autonomy and the weakening of the public dimension of schools. The conclusion suggests that education, converted into a financial asset, constitutes a new "digital gold" within capitalism, where the expansion of distance learning and platforms expands access but jeopardizes the emancipatory function of education, demanding public regulation, teacher appreciation, and the defense of school as an inalienable social right.

Keywords: Education; Job insecurity; Neoliberalism; Platformization.

RESUMEN

Este artículo busca analizar críticamente los vínculos entre la financiarización, la plataformización y el trabajo precario, considerando la educación como un campo estratégico donde se expresan las contradicciones del capitalismo contemporáneo. La discusión se enmarca en los treinta años de historia de la Reforma del Aparato Estatal en Brasil, entendida como un hito histórico que reconfiguró el rol del Estado, pasando de garantizar derechos sociales a impulsar mercados educativos, con una fuerte presencia de conglomerados privados y fondos de inversión. El enfoque metodológico adoptado combina la revisión bibliográfica, el análisis documental y la experiencia adquirida en congresos, seminarios, grupos de investigación, dirección de tesis e inmersión en escuelas y universidades, priorizando un enfoque hermenéutico-crítico. Los resultados demuestran que la educación ha sido capturada por lógicas mercantiles y digitales, convirtiendo a las escuelas en clientes de paquetes corporativos, sometiendo a los docentes a una intensificación del trabajo mediado por algoritmos y transformando a los estudiantes en perfiles de consumidores y datos comercializables. La plataformización surge como expresión de la nueva racionalidad neoliberal, donde la promesa de modernización coexiste con la reducción de la autonomía pedagógica y el debilitamiento de la dimensión pública de las escuelas. La conclusión sugiere que la educación, convertida en un activo financiero, constituye un nuevo «oro digital» dentro del capitalismo, donde la expansión de la educación a distancia y las plataformas amplía el acceso, pero pone en peligro la función emancipadora de la educación, exigiendo la regulación pública, la valoración del profesorado y la defensa de la escuela como un derecho social inalienable.

Palabras clave: Educación; Neoliberalism; Plataformización; Precariedad laboral.

INTRODUÇÃO

A plataformização da educação básica brasileira emerge como expressão contundente da racionalidade capitalista em sua fase digital. Grandes corporações tecnológicas adentram o espaço escolar sob a aparência de neutralidade e com promessas de simplificação pedagógica, apresentando-se como mediadoras indispensáveis do processo educativo. Tal presença, porém, ultrapassa o suposto caráter técnico e introduz mecanismos de captura de dados e de extração silenciosa de informações, subordinando a experiência formativa a interesses privados. Nesse cenário, o Estado neoliberal, ao reduzir sua presença, permite que a escola seja incorporada às arquiteturas digitais do capital, como demonstra Zuboff (2020).

Nesse quadro, a educação básica passa a ser reorganizada segundo referenciais empresariais que privilegiam mensurações e indicadores em detrimento de processos formativos integrais. Ao absorver metodologias inspiradas no mercado, o Estado abdica de sua responsabilidade de assegurar uma formação omnilateral, reforçando a mercantilização dos dados escolares e convertendo crianças e jovens em alvos de estratégias comerciais que se articulam à mercantilização do conhecimento no ensino superior (Fargoni,

Silva Júnior e Catani, 2024). A neutralidade tecnológica, apresentada como solução aos desafios educacionais, encobre a violência epistêmica de uma lógica que deteriora o caráter público da escola.

As escolas passam, então, a desempenhar funções contraditórias, pois são simultaneamente convocadas a garantir criticidade e cidadania e pressionadas a adotar plataformas que internalizam a racionalidade empresarial. A rotina escolar torna-se capturada por sistemas que transformam a aprendizagem em séries numéricas, naturalizando a presença de dispositivos de regulação privada no interior do espaço público (Bruno; Bentes; Faltay, 2019).

Se a universidade tem sido o foco das discussões sobre o capitalismo acadêmico, é na educação básica que emergem os efeitos mais intensos da plataformização. Antes de ingressarem na vida adulta, crianças e jovens passam a ser modulados por algoritmos capazes de prever padrões de comportamento, conectando a educação básica às dinâmicas que estruturam os rankings e métricas de produtividade no ensino superior (Hazelkorn, 2013). O sistema educacional, considerando sua totalidade, passa a compartilhar uma racionalidade neoliberal que ultrapassa níveis, ciclos e trajetórias.

É nesse ponto que a crítica ao capitalismo digital se revela indispensável para compreender a profundidade das transformações em curso. A retração da esfera pública delega a empresas privadas a orientação das políticas pedagógicas, condicionando a forma e o conteúdo da formação escolar. A mercantilização da educação básica, sustentada pela captura e análise de dados, projeta-se como ensaio de práticas que mais tarde se ampliam no ensino superior, compondo uma ordem educacional subordinada à financeirização global (Slaughter; Rhoades, 2004; Paulani, 2008).

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo analisar criticamente os nexos entre financeirização, plataformização e precarização do trabalho, tomando a educação como campo estratégico em que se expressam contradições centrais do capitalismo contemporâneo, tal como explicitado no resumo. A intenção é estabelecer, desde o início da argumentação, que a discussão proposta não se limita a observar a introdução de tecnologias, mas busca compreender como tais processos integram circuitos ampliados de extração de valor e de reconfiguração da esfera pública.

Desse modo, o esforço analítico que se segue examina a plataformização como parte de um movimento histórico mais amplo, no qual a modernização digital convive com a expropriação do caráter público da escola. A perspectiva adotada articula debates recentes sobre capitalismo digital, políticas neoliberais e reconfigurações da docência, aproximando o presente da tradição crítica da economia política da educação e situando a formação escolar como espaço tensionado pelas contradições de um capitalismo cada vez mais orientado pela financeirização e pela captura algorítmica da vida social.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

O percurso metodológico deste artigo não se assenta em uma investigação empírica tradicional, mas em um esforço crítico-interpretativo, sustentado por revisão bibliográfica, análise documental e inserção efetiva em espaços de debate acadêmico. O texto nasce da participação em congressos,

seminários, grupos de pesquisa, orientações de teses e vivências em escolas e universidades, experiências que propiciaram diálogos interdisciplinares e o contato direto com diferentes perspectivas teóricas. Desse modo, a metodologia se organiza como leitura e interpretação de contradições que atravessam o trabalho docente e a plataformização educacional, abordando-as tanto como objetos conceituais quanto como vivências compartilhadas no campo educacional.

Esse delineamento adota uma perspectiva hermenêutico-crítica, orientada pela valorização de leituras teóricas e pelo intercâmbio em espaços coletivos de produção intelectual. O artigo resulta, assim, de um exercício reflexivo que atravessa fronteiras entre teoria e prática, articulando contribuições de autores clássicos e contemporâneos à experiência de investigação em contextos formativos. A análise aqui apresentada emerge de uma produção coletiva de saberes, que compreende a ciência como prática social situada, marcada por disputas em torno da educação pública, pela precarização docente e pela captura digital promovida pelo capitalismo contemporâneo.

Os resultados apresentados neste artigo não têm origem em levantamento estatístico ou pesquisa de campo direta, mas em um encontro epistemológico sustentado pelo diálogo entre diferentes tradições críticas. O texto se constitui a partir da leitura coletiva de autores que investigam a plataformização da educação, a financeirização e a precarização docente, articulando essas perspectivas em chave interpretativa. Essa elaboração valoriza o confronto de ideias, a escuta e o acúmulo de reflexões construídas em congressos, grupos de pesquisa, orientações e experiências formativas, buscando evidenciar como a educação é atravessada pela lógica do capitalismo digital. Nesse processo, a ênfase não recai sobre números ou tabelas, mas sobre interpretações que iluminam as contradições presentes na escola e na universidade.

A discussão proposta se apoia, portanto, em um aprofundamento analítico e crítico derivado de vivências acadêmicas e profissionais, em diálogo com produções teóricas recentes. O objetivo é refletir sobre os sentidos do trabalho docente na contemporaneidade, onde a captura digital e a racionalidade neoliberal se impõem como condicionantes estruturais. Em vez de oferecer resultados mensuráveis, o texto pretende contribuir para o debate coletivo sobre a mercantilização da educação e o desgaste docente, reafirmando a importância de análises que integrem teoria e prática. A contribuição aqui delineada consiste em ampliar a compreensão dos fenômenos em curso, situando-os como parte de um movimento histórico que desafia a função pública da escola e a autonomia crítica da docência.

A REDUÇÃO DO ESTADO NA ESFERA PÚBLICA

A compressão da esfera pública no Brasil deve ser entendida como um processo histórico articulado à reforma do aparelho do Estado, implementada em 1995, no calor das prescrições emanadas pelo Consenso de *Washington*⁴. Longe de representar um conjunto de diretrizes transitórias, tais medidas

⁴ O Consenso de *Washington* designa o conjunto de diretrizes neoliberais formuladas nos anos 1990, centradas em austeridade fiscal, privatizações e abertura econômica, impondo ao Sul Global a subordinação estrutural de suas políticas públicas às exigências do capital financeiro internacional.

inscreveram marcas estruturantes no corpo institucional do país, determinando um Estado que, em vez de universalizar direitos, passou a organizar-se como gestor da escassez e como fiador das exigências do capital financeiro. Paulani (2008) observa que a lógica neoliberal não se contenta em limitar a ação estatal, mas redefine suas funções para que sirvam como alicerces da acumulação, deslocando a política pública para um campo subordinado às finanças.

A redução da esfera pública, nesse quadro, não se apresenta como mero efeito colateral da modernização administrativa, mas como diretriz estratégica. O Estado, ao ser reconfigurado, perde o papel de articulador das necessidades coletivas e assume a função de oferecer ao capital uma prateleira de serviços e ativos passíveis de mercantilização. Privatizações em setores essenciais e a expansão da terceirização não surgiram como exceções, mas como elementos constitutivos desse desenho. Chesnais (1996) já havia afirmado que o capitalismo não admite zonas de vazio, sendo capaz de converter qualquer brecha em oportunidade de valorização, e essa lógica se expressa de modo contundente na reorganização estatal brasileira.

O que se consolida nesse quadro, é uma governança orientada por indicadores de eficiência, em que a educação, a saúde e a seguridade social passam a ser geridas como setores de negócios. A captura da esfera pública pela racionalidade empresarial esvazia a concepção de direitos como atributos universais e institui uma gestão orientada pela lógica do mercado. Harvey (2005) assinala que o neoliberalismo não pode ser reduzido a uma doutrina econômica, mas deve ser entendido como projeto de classe que reorganiza o poder social em escala global. No Brasil, sua inserção manifesta-se na conversão das políticas públicas em instrumentos disciplinados pela lógica do capital, redefinindo suas funções para atender aos circuitos de valorização financeira. O interesse coletivo, que em outras conjunturas poderia ocupar lugar central, passa a ser rebaixado e dissolvido diante do imperativo da acumulação, instaurando uma racionalidade que comprime a esfera pública e a submete à racionalidade do mercado.

De acordo com a teoria, o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. Tais arranjos institucionais são considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. O arcabouço legal disso reside nas obrigações contratuais livremente **negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado**. A **santidade dos contratos** e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm, por isso, de ser protegidos (Harvey, 2005, p. 75, grifos nossos).

Nesse cenário, a educação básica torna-se terreno privilegiado para compreender os desdobramentos da redução estatal. A promessa de democratização do acesso se vê atravessada pela mercantilização do ensino, convertendo escolas em espaços submetidos às exigências de fundos de investimento e conglomerados empresariais. Como observa Leher (2022), a mercantilização educacional não é apenas quantitativa, mas qualitativa, pois redefine o sentido da docência e da própria função da escola. Os sistemas privados de ensino, apoiados pelo Estado, instauram uma racionalidade de resultados que suplanta a complexidade da vida escolar.

A partir das duas primeiras décadas do século XXI, a redução da esfera pública abriu passagem à ascensão do capitalismo de vigilância e à plataformização educacional. As tecnologias digitais passaram a ser apresentadas como instrumentos de democratização, mas, em realidade, configuraram novas formas de extração de valor sobre a escola pública. Gigantes empresariais como *Google* e *Microsoft* adentraram o espaço escolar não apenas com ferramentas de apoio, mas como mediadores centrais da experiência pedagógica. Leher (2023) evidencia que a pandemia intensificou esse processo, naturalizando a dependência de plataformas privadas e enfraquecendo a autonomia docente.

Os defensores do neoliberalismo encontraram, nesse processo histórico, uma via para intensificar sua hegemonia: a digitalização da educação convertida em prolongamento direto dos mecanismos de dominação do capital financeiro. Plataformas de ensino, algoritmos de mensuração e sistemas de gestão escolar são, cada vez mais, financiados e controlados por fundos de *private equity*⁵, os mesmos que concentram poder em áreas estratégicas como telecomunicações e saúde. A plataformização se inscreve na continuidade da financeirização, constituindo-se como expediente destinado a reduzir despesas, ampliar frentes de exploração e subordinar a docência a códigos algorítmicos. Nesse movimento, a escola pública passa a funcionar como campo de experimentação e ajuste às exigências impostas pelo capital.

A financeirização e a plataformização revelam uma dupla face: de um lado, apresentam-se como supostas respostas à escassez de recursos; de outro, consolidam a dependência estrutural das instituições públicas em relação a atores privados. Como observa Silva Júnior (2025), essa associação redefine a subjetividade docente, transformando o professor em executor de pacotes pedagógicos prontos, enquanto o estudante se converte em dado estatístico para alimentar métricas de desempenho. A redução da esfera pública, portanto, não é apenas orçamentária, mas também simbólica e cultural, corroendo a legitimidade da escola como espaço de aprendizagem e produção autônoma do conhecimento.

Neste enquadramento analítico, a retração estatal e a expansão das plataformas digitais não constituem fenômenos isolados, mas partes de um mesmo movimento histórico. A reforma do aparelho do Estado, as diretrizes neoliberais do Consenso de *Washington* e a ascensão do capitalismo digital conformam um quadro no qual a esfera pública é continuamente comprimida, ao passo que os interesses privados se expandem sobre a educação. A análise crítica dessas transformações exige considerar tanto a literatura das últimas décadas quanto a conjuntura específica, marcada pela interpenetração entre financeirização, vigilância digital e reconfiguração da escola pública como fronteira de acumulação.

A FACE MERCANTIL DA PLATAFORMIZAÇÃO

A plataformização constitui uma das expressões mais incisivas da reorganização contemporânea do capitalismo, pois articula dispositivos digitais, fluxos de dados e lógicas empresariais para capturar esferas cada vez mais amplas da vida social. No campo educacional, tal movimento não deve ser visto apenas como

⁵ Fundos de *private equity* investem em plataformas educacionais, algoritmos e sistemas de gestão escolar, visando retorno financeiro acelerado. Com isso, decisões pedagógicas passam a ser subordinadas a interesses de mercado, estreitando a autonomia da escola pública.

recurso técnico de apoio às escolas, mas como estratégia de incorporação da educação na órbita financeira, em consonância com o que Srnicek (2017) identifica como capitalismo de plataforma. A emergência desse fenômeno não se explica pela neutralidade das tecnologias, mas pela convergência entre fundos de investimento, grandes corporações digitais e políticas estatais orientadas para a redução da esfera pública, fazendo da escola um território privilegiado de expansão dos interesses mercantis.

O capitalismo digital, ao se expandir, transforma a informação em recurso de valorização e submete dimensões antes preservadas da lógica de mercado. Chesnais (1996) já havia destacado que o capital não deixa zonas de refúgio; e, no século XXI, os dados pessoais e educacionais passaram a compor esse circuito de valorização. Plataformas de ensino são estruturadas para capturar, processar e vender informações que, sob a aparência de melhorar o desempenho escolar, passam a ser insumos de cadeias financeiras.

O capitalismo de vigilância, conceito trabalhado por Zuboff (2020), ajuda a compreender como os dados extraídos de práticas escolares cotidianas não servem apenas para diagnósticos internos, mas alimentam circuitos de controle social e de consumo. Ao internalizar *softwares* e algoritmos, escolas públicas tornam-se produtoras de fluxos informacionais que ultrapassam o campo pedagógico, gerando perfis de estudantes, professores e comunidades. Esse mecanismo conecta-se à lógica neoliberal que redefine o Estado como garantidor das condições de extração de valor, enquanto delega a agentes privados o papel de organizar o cotidiano escolar. Assim, o processo de aprendizagem converte-se em dado quantificável e passível de comercialização em escala global.

O neoliberalismo reconfigura a educação em sua totalidade, atingindo tanto instituições públicas quanto privadas, desde a creche até o ensino superior, ao redefinir o Estado como agente que transfere responsabilidades a conglomerados empresariais. A difusão de plataformas e sistemas digitais expressa a pedagogia do capital, pois converte a docência em função de execução, e não de criação. Essa lógica, orientada pela financeirização, dissemina-se como promessa de eficiência, mas dissolve a autonomia pedagógica e reordena a escola segundo os critérios da acumulação (Frigotto, 2010). Em contraposição, Freire (1996) advertia que a educação deveria ser um ato de liberdade, e não de adestramento técnico. A tensão entre essas perspectivas revela como a plataformização, longe de garantir emancipação, reforça mecanismos de controle social que submetem o ensino às demandas do mercado.

A subsunção da educação ao regime da plataformização não é mero adendo à lógica neoliberal: ela representa aprofundamento dessa lógica na formação humana. No Brasil, enquanto o discurso legitimador fala em “modernização pedagógica”, a realidade mostra que as escolas públicas e privadas são progressivamente inseridas em circuitos dominados por plataformas controladas por fundos financeiros e corporações tecnológicas.

Viegas e Lamb (2025) destacam como o trabalho docente mediado por plataformas insere uma nova desigualdade, não apenas entre redes de ensino, mas entre professores capazes ou não de “dar conta” dos instrumentos digitais exigidos. Ao mesmo tempo, Wilke e Feijó (2023) alertam que essa inserção

traz a “Escola do Cansaço”, expressão que capta a sobrecarga cognitiva e emocional provocada pela contínua vigilância algorítmica. Observamos que, sob o manto da universalização digital, proliferam contratos de concessão que delegam à iniciativa privada a operacionalização da mediação pedagógica, o que reconfigura o Estado como facilitador da acumulação sobre o ensino.

A financeirização educacional e a plataformização se articulam como faces de um mesmo processo, no qual a mercantilização do conhecimento converte-se em ativo de valorização para o capital. Chesnais (2005) analisa que o capital fictício se alimenta da abstração, transformando expectativas em mercadorias; no caso educacional, plataformas passam a comercializar relatórios, métricas e previsões como produtos legítimos de mercado. Turmena e Nunes (2022) reforçam essa racionalidade, ao demonstrarem que fundos de investimento assumem centralidade nesse arranjo, direcionando recursos públicos e privados para conglomerados educacionais que se apresentam como intermediários inevitáveis da vida escolar. A pesquisa do Comitê Gestor da Internet (CGI.br, 2022) confirma que governos têm optado por terceirizar a gestão digital em vez de desenvolver soluções próprias, transferindo para corporações transnacionais decisões relativas ao currículo e às formas de avaliação. Nesse contexto, a lógica do lucro sobrepõe-se à função pública da educação, subordinando professores e estudantes ao crivo de algoritmos e investidores.

Se quisermos alargar a crítica, podemos invocar Orwell (2009) — embora com cautela — para entender como esse processo não se limita ao controle externo, mas à internalização de normas pelo sujeito. Nas escolas mercantilizadas, a autonomia docente é corroída, o professor passa a executar prescrições algorítmicas que definem quais conteúdos lançar, quais dados registrar, quando intervir. Quando Freire (1996) propôs a educação crítica como ato de liberdade, ele pressupunha uma interlocução horizontal entre professor e aluno; mas numa escola imersa em plataformas de vigilância, esse interlocutor crítico é substituído por interfaces automatizadas que reforçam o conformismo e a autoexploração.

A pedagogia do capital, aqui exposta, invisibiliza uma verdade, o lucro não é consequência inevitável da tecnologia, mas o fim último a que ela se subordina. Sob tais nexos estruturais, a escola converte-se em espaço de vigilância difusa, em que a subjetividade docente e discente é reconfigurada para gerar resultados compatíveis com a racionalidade do capital. A metáfora orwelliana, exposta em 1984, revela-se particularmente fecunda, o *Big Brother* não apenas observa a superfície dos comportamentos, mas também intervém no âmago do pensamento, instaurando uma disciplina que conjuga exterioridade algorítmica e interiorização normativa. Nesse processo, a plataformização educacional constrói uma duplicidade de controle, em que a coleta incessante de dados se entrelaça à produção de conformidade mental, convertendo a escola em laboratório de docilidade e em mercado de rentabilidade para o capital.

A plataformização educacional, quando observada no entrelaçamento entre neoliberalismo, financeirização e captura algorítmica da vida escolar, revela-se como dispositivo que não emancipa, mas aprisiona. O discurso da inclusão digital encobre uma racionalidade que submete a escola pública e privada à gramática da mercadoria, sob a tutela de conglomerados transnacionais e de fundos que extraem valor daquilo que deveria constituir-se como bem comum.

Nesse cenário, a promessa de acesso universal não é senão o alicerce para novos mecanismos de exploração, em que dados substituem livros e algoritmos ocupam o lugar da autonomia pedagógica. A analogia com Orwell torna-se pertinente, a plataformização seria, talvez, o *Big Brother* do século XXI, onde não apenas se vigia de fora, mas se instala a disciplina por dentro, forjando estudantes e docentes como sujeitos dóceis à lógica do capital, enquanto o lucro, em sua forma nua, amálgama todos os processos.

OS LASTROS DA PLATAFORMIZAÇÃO

A noção de plataformização exprime um reordenamento profundo das práticas sociais, culturais e econômicas a partir de arquiteturas digitais que intermediam relações de consumo, produção e comunicação. Bratton (2015) descreve essas plataformas como megaestruturas em expansão contínua, que, embora aparentem neutralidade técnica, contêm uma ideologia incorporada em sua própria arquitetura. Tal concepção evidencia que a organização da vida em torno de plataformas não se limita a oferecer serviços ou ferramentas, mas instaura modos de regulação e governança que reconfiguram os sujeitos e suas interações, instaurando processos de centralização de dados e, ao mesmo tempo, disseminando uma autonomia aparente nas bordas das redes.

A emergência da plataformização revela a consolidação de um novo regime de mediação social que transforma práticas coletivas em processos regulados por algoritmos e estruturas digitais. O que se apresenta em primeira instância como facilitação do acesso ao conhecimento se converte em um ordenamento técnico-político no qual os fluxos de informação são capturados, organizados e redirecionados. Nesse contexto, a arquitetura das plataformas, descrita por Bratton (2015) como uma megaestrutura em expansão contínua, evidencia que não estamos diante de instrumentos neutros, mas de sistemas que carregam lógicas próprias de centralização e dispersão, instaurando uma dualidade permanente entre promessa de autonomia e vigilância incessante.

Aos olhos de Van Dijck, Poell e Waal (2018), a reconfiguração instaurada pelas plataformas não se restringe à dimensão técnica, mas alcança a distribuição e a circulação do próprio saber. Ao definirem o que deve ser visto, lido e partilhado, essas infraestruturas digitais erigem critérios de visibilidade que escapam ao controle dos sujeitos e das instituições. Tal seleção algorítmica torna-se especialmente grave no campo educacional, onde a promessa de colaboração ampla se associa à imposição de filtros invisíveis que delineiam o horizonte de possibilidades. A noção de neutralidade é, assim, desfeita pela percepção de que os algoritmos orientam preferências e delineiam práticas que se apresentam como espontâneas.

Nesse mesmo fio, Zuboff (2020) denomina capitalismo de vigilância a ordem econômica que se apropria da experiência humana como fonte de dados. A coleta incessante transforma trajetórias de aprendizagem, comportamentos e escolhas em matéria-prima para mercados de previsão, nos quais a educação se torna um terreno de experimentação contínua. O que parece ser apenas digitalização do ensino traduz-se em modulação de condutas, em que a promessa de personalização encobre uma lógica de

rastreamento. A cada clique, a cada resposta armazenada, alimenta-se uma economia que não se limita a mercadorias materiais, mas que encontra na informação sua forma mais sofisticada de acumulação.

Bruno (2019) qualifica esse movimento como a constituição de um laboratório-mundo, no qual sujeitos se convertem em alvos de experimentos invisíveis. O espaço educacional, ao ser colonizado por plataformas, passa a integrar um ambiente de testagem permanente em que algoritmos aspiram conhecer os indivíduos mais do que eles próprios se reconhecem. A consequência é a intensificação de práticas de predição e intervenção emocional, nas quais estados psíquicos são transformados em variáveis mensuráveis. A naturalização dessa captura insere a docência e a aprendizagem em engrenagens de controle, nas quais os limites entre autonomia e manipulação se tornam cada vez mais porosos.

A literatura recente acentua que tais mecanismos não apenas reconfiguram práticas, mas também fomentam formas de clausura simbólica. A plataformização alimenta discursos de padronização que prometem segurança diante da complexidade social, mas terminam por reduzir experiências a padrões previsíveis. A descrição de Bown (2017) sobre o “mundo dos sonhos do PlayStation” mostra como a lógica de imersão algorítmica transforma o trabalho em jogo, mascarando o controle sob a aparência de entretenimento e recompensas meritocráticas.

Sob a mesma racionalidade, Moraes (2021) reforça a tese de que esse processo está vinculado a um oligopólio tecnológico que concentra valor e poder na extração de dados. Ao reposicionar a tríade capitalista de produção, circulação e consumo em torno da informação quantificada, as *Big Techs* transformam a mediação digital em fonte de renda e em instrumento de dominação. O dado deixa de ser mero subproduto para tornar-se mercadoria de maior prestígio econômico, enquanto as plataformas adquirem a capacidade de reconfigurar relações sociais e institucionais em escala global. Esse processo atinge a educação em cheio, instaurando dependência estrutural e limitando margens de soberania informacional.

A compreensão mais ampla da plataformização exige retomar a noção de cibercultura formulada por Lévy (2001), segundo a qual o ciberespaço inaugura novas formas de sociabilidade e de conhecimento. A promessa de um universal digital aberto, no entanto, é corroída pela lógica da vigilância, que converte experiências em dados permanentemente rastreáveis. Nesse quadro, a educação passa a ser atravessada por princípios de condicionamento que lembram a reflexão de Skinner (2011), em que estímulos e respostas são calibrados para gerar comportamentos previsíveis. A personalização oferecida pelas plataformas educacionais não representa efetiva liberdade, mas sim a materialização de uma lógica de rastreamento que associa o progresso à quantificação incessante.

EDUCAÇÃO ENTRE O NEOTECNICISMO E O MERCADO

A expansão das chamadas *edtechs*⁶ se vincula diretamente ao processo de plataformização que, sob o manto da modernização, recodifica a educação como mercadoria. O discurso em torno das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) opera uma gramática de eficiência que, ao mesmo tempo que seduz pelo vocabulário do acesso e da inclusão, oculta a colonização da prática pedagógica por métricas de controle. Nesse cenário, a escola é reposicionada como um espaço de gestão de dados, em que a lógica do capital impõe a captura do tempo e da subjetividade dos sujeitos, transformando-os em insumos para algoritmos que retroalimentam o mercado educacional.

A presença do Banco Mundial (BM) como força motriz de diretrizes globais para a educação inscreve-se de maneira decisiva nesse processo. Desde a década de 1990, no interior do arranjo consagrado como Consenso de *Washington*, o BM firmou-se como núcleo difusor de uma engenharia discursiva que associa qualidade educacional à homogeneização de padrões e à quantificação incessante de desempenhos. Esse processo institui um neotecnicismo travestido de renovação metodológica, cuja aparência modernizadora oculta sua vocação disciplinadora e mercadológica. Ao financiar projetos e influenciar reformas, dissemina um vocabulário que enaltece soluções digitais como suposto caminho para a justiça social, quando, em verdade, reforça as desigualdades históricas ao subordinar sistemas públicos às injunções de conglomerados privados.

O neotecnicismo educativo apresenta-se como estratégia de racionalidade política que converte a promessa de modernização em instrumento de sujeição. Mais do que uma atualização do tecnicismo pretérito, constitui um modo de governo que reorganiza a escola sob a gramática da quantificação. As plataformas digitais são alçadas ao estatuto de mediadoras da aprendizagem, dissolvendo a dimensão dialógica da sala de aula em interfaces isoladas e programadas para o cálculo. O que antes se configurava como encontro coletivo de saberes transforma-se em experiência individual capturada por métricas de desempenho. As *edtechs*, nesse contexto, não são acessórios pedagógicos, mas engrandecedores da lógica mercantil que redefine a própria condição do conhecimento, submetendo-o ao circuito de mensuração permanente e à lógica da competitividade (Selwyn, 2016).

A apreensão do ambiente escolar por esta modalidade lógica demonstra sua profunda impregnação pela racionalidade do empresariado, na qual a qualificação dos docentes é subsumida a métricas que a harmonizam com arranjos corporativos. O professor é transfigurado em mero administrador de plataformas, apartado de sua função de intelectual com pensamento crítico e reduzido à execução de protocolos digitais. A linguagem da flexibilização e da personalização do aprendizado dissimula a homogeneização fundamental, cujo propósito é assegurar a ampliação do lucro e não a autonomia dos indivíduos (Ball, 2012). Por conseguinte, o espaço da escola cessa de ser o lugar de meditação e transmuta-

⁶ *Edtechs* são empresas ou iniciativas que inserem tecnologias digitais na educação, com o discurso de ampliar acesso, personalizar trajetórias e otimizar resultados. Pedagogicamente, ultrapassam o caráter instrumental, pois reconfiguram modos de ensinar e aprender, redefinindo papéis de professores e estudantes sob lógicas mercadológicas que fragilizam o sentido público e formativo da escola.

se em um campo experimental da mercantilização, em que cada discente é considerado, simultaneamente, como cliente de serviços e como dado quantitativo destinado a nutrir repositórios de informação mundiais.

O postulado da inclusão digital, difundido por organismos supranacionais, persiste na premissa de que a mera disponibilização de artefatos seria bastante para fomentar a democratização educacional. Não obstante, o acesso meramente instrumental, desprovido de uma assimilação crítica, não propicia a emancipação, mas consolida dependências. A plataformização, ao converter a mediação pedagógica em simples gerenciamento de fluxos de informação, retira a dimensão política do debate educacional e reduz a formação à lógica da mensurabilidade da performance. O resultado é uma escolarização que não interpela as antinomias sociais, mas as encobre sob estratos de números e gráficos que simulam neutralidade. Como já assinalado, o conhecimento crítico é depreciado à condição de informação passível de processamento, atendendo menos à formação integral e mais à legitimação de padrões globais de avaliação (Buckingham, 2007).

A ampliação das *edtechs* se situa na lógica mais vasta da financeirização, na qual o convívio social se torna um campo de retirada de valor. As plataformas digitais não se limitam a ordenar materiais didáticos, mas acumulam dados em dimensão massiva, convertendo o aprendizado em um resultado colateral da observação informacional.

Dentro desse circuito, a escola abandona a condição de instituição dedicada ao desenvolvimento humano e passa a integrar um mercado financeiro mundializado, em que indicadores de rentabilidade substituem a ponderação pedagógica. A financeirização da educação, portanto, não se restringe a novos aportes, mas implica a reorganização da própria escola em um bem financeiro, constantemente sujeito a especulação e utilização, atrelado à urgência da valorização de capital.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são acionadas como meios de ordenamento social. Embora sejam expostas como propulsoras de autonomia, elas intensificam o domínio espalhado e a observação constante sobre professores e alunos. O discurso da modernização anula o antagonismo de classes e apresenta a escola como um local desinteressado, quando, em verdade, ela é um campo de confronto contínuo pela hegemonia (Dardot; Laval, 2016). Essa maneira de falar, ao dar ênfase à eficácia e aos resultados, oculta a piora das condições de atividade, o aumento das horas de atividade e a dependência ampliada de plataformas externas, muitas delas sob o domínio de grandes grupos empresariais transnacionais.

A pauta do capital educacional se apoia em antinomias da estrutura. Enquanto proclama a universalização por meio das tecnologias digitais, ela expande as disparidades no acesso e na qualidade. Aquele que supervisiona os meios supervisiona de modo similar os significados. O BM, ao sugerir políticas fundamentadas em cotejos internacionais e relatórios uniformizados, impõe critérios que desconsideram as peculiaridades históricas e do contexto. A uniformização, sob a simulação de neutralidade técnica, serve como uma imposição ideológica que subordina a educação pública a padrões externos.

A racionalidade que estrutura a plataformização é suportada por um panorama de futuro inelutável. As alterações estimuladas por organismos multilaterais concebem a escola como empreendimento e o estudante como capital humano em constante preparação. A insuficiência escolar é compreendida não como um sinal de disparidades sociais, mas como uma falha individual a ser solucionada com mais preparação, mais artefatos, mais informações. Essa narrativa se harmoniza com o pensamento neoliberal que transfere responsabilidades coletivas para o indivíduo, eliminando as condições materiais de exploração e justificando o insucesso como resultado da inabilidade pessoal (Verger; Novelli; Altinyelken, 2012). O indivíduo da educação, nesse quadro, é criado como promotor de si, detido na lógica da competição sem termo.

Essa imagem do indivíduo educacional, concebido como promotor de si, reitera percursos que não se encontram apenas em oposições, mas em similaridades que se sustentam na própria lógica da acumulação. O primeiro caminho corresponde à ordem do capital de transformar cada novidade em origem de valorização, convertendo qualquer atividade que surge em mercadoria (Chesnais, 2005). Essa lógica ecoa com a teoria marxista da dependência (Marini, 1973), que aponta para um processo de acumulação assentado na superfície das formas, afastando-se das antinomias da estrutura da produção.

Nesse quadro, o trabalhador explorado já se encontra não apenas na fábrica, mas também na sala de aula digitalizada, onde a mediação pedagógica é capturada pelo artefato. O estudante, ao inserir respostas em *tablets* ou *aplicativos*, não constrói sua peculiaridade crítica, mas replica, em formato eletrônico, o exercício uniformizado da cartilha. A suposta modernização tecnológica, ao transformar o livro em tela, não devolve a dimensão formativa da experiência, mas intensifica a captura do pensamento pela lógica da mercadoria.

Essa mesma questão alcança substância ao ser examinada sob a luz da ontologia do ser social. Inspirando-nos em Lukács (2013), a temporalidade humana não pode ser diminuída à aceleração artificial imposta por plataformas e indicadores digitais, visto que a formação requer conexões entre indivíduo e realidade, nas quais a alteração desempenha um atributo primordial. A alteração, em vez de ser um impedimento, é condição para a consciência crítica, visto que a existência diária, quando assumida sem conexões de reflexão, desliza para uma rotina de superficialidades.

A lógica das plataformas, contudo, afasta o professor de sua atividade intelectual, diminuindo-o a preencher documentos, anotar informações e atender a procedimentos administrativos que o desviam do labor de estudo, investigação e construção pedagógica. Desse modo, não é apenas o tempo do professor que se deteriora, mas o próprio ser social é refeito sob a racionalidade do capital, que converte a práxis educativa em mero ato de autoadministração atrelada a ordens do mercado.

A crítica que empreendemos não se limita a uma denúncia unilateral da plataformização, mas abre-se como exercício epistemológico que recoloca a questão pedagógica em seu campo próprio, o da experiência humana concreta. Se a ousadia de nosso argumento recai sobre a captura digital da escola,

também reconhecemos a pertinência de integrar recursos tecnológicos ao trabalho docente, desde que em condição subordinada à intencionalidade pedagógica.

A questão central não é eliminar a tecnologia, mas impedir que ela se erga como substituto da prática coletiva e da mediação cultural. Experiências históricas de países situados entre os mais altos índices de desenvolvimento humano, como Suécia e Finlândia, demonstram que o mergulho indiscriminado em telas não resultou em educação mais qualificada, mas revelou seus limites, a aprendizagem não se sustenta em algoritmos isolados, mas exige sensorialidade, investigação, ciência, diálogo e reconhecimento das singularidades. Essa lição aponta para a necessidade de preservar a escola como espaço de vida compartilhada, e não como simulacro digitalizado.

Freinet (1998) defendia que a escola não poderia se reduzir a um recinto fechado nem à repetição de manuais, mas deveria se afirmar como espaço de inserção do sujeito em seu meio social e natural. A aprendizagem, para ele, brota do trabalho coletivo, da memória viva das comunidades e da relação sensorial com o mundo. Essa concepção contrasta violentamente com a obsessão contemporânea pela quantificação, que impõe métricas e competições como se fossem sinônimo de qualidade. A escolarização, sob tal lógica, deixa de formar consciências críticas para se converter em treinamento burocrático, subordinado a números que pouco dizem sobre o processo real de formação.

Essa distorção, já observada no ensino superior, contamina o ensino básico com seus efeitos mais corrosivos. Fargoni, Silva Júnior e Catani (2024) argumentam que a exaltação por *rankings* não expressa excelência, mas oculta a dor de professores submetidos a pressões que convertem sua atividade em ritual alienado. Transportar essa lógica para anos de formação básica equivale a adulterar a essência pública da escola, impondo-lhe o culto às estatísticas e ao êxito competitivo. A meritocracia, nesse contexto, converte-se em simulacro ideológico que naturaliza a racionalidade neoliberal, fazendo da escola um palco de exibição de cifras e conquistas estatísticas. Ao erigir a competição como valor supremo, dissolve-se a possibilidade de pensar a educação como práxis emancipadora, reduzindo-a a espetáculo de resultados que encobre a alienação e corrói a formação crítica.

O PREÇO NO COTIDIANO

A época presente expõe uma transmutação deteriorante na esfera do trabalho, onde o professor brasileiro se encontra arrebatado pela união danosa entre financeirização, plataformização e uberização. A expectativa de autonomia e capacidade criadora na docência se dissipa em períodos de atividade ampliados, despojados de delimitações claras entre a existência profissional e pessoal, em uma prontidão incessante à determinação de algoritmos que se apresentam como isentos, mas ocultam a potência corporativa de conglomerados que convertem cada movimento, cada clique e cada instante em valor monetário.

O trabalho intelectual (imaterial), antes associado à criação de significado, se transforma em mero fluxo de dados mensuráveis, que abastecem plataformas mundiais e fortalecem o circuito do capital

fictício, expondo o professor à fragilidade constante de indicadores que se impõem como proposições indiscutíveis (Chesnais, 1996; Antunes, 2018).

A fragilização da docência não se apresenta como uma casualidade, mas sim como um projeto estruturado sob consequência de uma racionalidade neoliberal que se firmou após a crise de 2008, momento em que o capital financeiro necessitou de reinvenção em novos campos de valorização. A escola foi convergida para um domínio selecionado para experimentações empresariais, por meio de uniões entre o setor público e privado e pelo avanço de *EdTechs* que prometem soluções céleres, mas que, em essência, desfazem a coerência do processo pedagógico.

Dardot e Laval (2016) afirmam que a narrativa da modernização dissolve o conflito de classes, revelando a escola como um espaço neutro, apesar de ser, de fato, um ambiente de disputa contínua pela hegemonia. As atividades de ensino, cada vez mais mediadas por plataformas digitais, são acompanhadas por sistemas de observação que quantificam acessos, movimentos e supostos indicadores de adesão, o que neutraliza a profundidade crítica e diminui o professor a um simples manejador de artefatos. A produção de conhecimento, a prática docente, as ideias, a formação, neste contexto, são transformadas em mercadoria de modo forçado, pronto a ser negociado nos circuitos mundializados de informações.

O capitalismo digital irrompe não somente no âmbito do trabalho formal, mas assalta a privacidade mais crua da temporalidade humana. O professor, após a jornada esmagadora de protocolos e ensino, vê-se imobilizado em circuitos de entretenimento forçado, o movimento incessante no *Instagram*, os vislumbres fugazes no *TikTok*, as trocas superficiais no *X*, velha tribuna do *Twitter*. Nessas horas, fingidas de repouso, camufla-se uma maneira requintada de espoliação de valor, na qual cada gosto, cada desvio da concentração é arrebatado, transmutado em dado e lançado ao mercado como mercadoria. O que se exhibe como diversão é, na verdade, uma dilatação do tempo de atividade, usurpando as pausas e sugando a força vital, firmando uma separação que não se circunscreve ao trabalho regulado, mas se insinua na própria vivência sensorial (Sadowski, 2019).

Esse processo corrói o que Marx (2011) designou como “tempo de vida disponível”, convertendo cada minuto em oportunidade de acumulação. Para o professor, a promessa de tempo livre para estudo, reflexão e produção acadêmica é sequestrada pela lógica da conectividade contínua. O tempo outrora destinado à elaboração de aulas, à pesquisa e à criação intelectual é disputado pelas plataformas que, em nome da “inovação educacional”, inserem-se como mediadoras absolutas do processo de ensino-aprendizagem.

O docente brasileiro, nessa conjuntura, experimenta uma espécie de esquizofrenia social, simultaneamente pressionado a adotar dispositivos digitais sob o discurso de modernização e obrigado a lidar com a corrosão das condições de trabalho, que se materializa em salários achatados, vínculos temporários e ausência de garantias. A uberização do trabalho docente traduz-se no uso de contratos precários, na intensificação de aulas remotas pagas por hora, na exigência de disponibilidade contínua para responder alunos em aplicativos de mensagens, num cenário em que a própria identidade profissional é

submetida a um regime de instabilidade crônica. Essa lógica, como lembra Abilio (2020), produz a figura do trabalhador autogerido e permanentemente subordinado, mascarando a exploração sob o mito da autonomia.

A escola, em vez de espaço de emancipação, passou a ser convertida em extensão de plataformas digitais, nas quais algoritmos determinam conteúdos, ritmos e até mesmo as interações entre docentes e alunos. O risco é evidente, a substituição do encontro pedagógico, marcado pela corporeidade e pela experiência sensorial, por um simulacro de ensino mediado por métricas de desempenho. O humano cede lugar ao cálculo automatizado, e a imaginação crítica é dissolvida em relatórios de engajamento. O corpo do docente, exausto pela jornada precarizada, enfrenta agora o esgotamento invisível de um trabalho que não se limita à sala de aula, mas se infiltra em cada aspecto de sua vida cotidiana (Antunes; Basso; Perocco, 2023).

A financeirização, como apontou Chesnais (2005), exacerba essa condição ao deslocar recursos públicos da educação para alimentar a esfera especulativa. A plataformização surge como resposta à necessidade de novas fronteiras de valorização, e a escola é instrumentalizada como laboratório de extração de dados em larga escala. Não se trata apenas de precarizar salários ou reduzir direitos, mas de reconfigurar a própria função da educação, que deixa de ser uma prática social e passa a servir como meio de captura de valor por conglomerados transnacionais. O docente, nesse contexto, converte-se em mediador involuntário de um processo de acumulação que o esmaga e o desumaniza (Paulani, 2008).

A alienação que resulta desse complexo processo econômico, político, social e educacional, é ainda mais devastadora porque se apresenta como inevitável. A retórica da modernização pedagógica insiste que não há alternativa senão adaptar-se, como se a tecnologia digital fosse uma força natural e não uma construção histórica determinada por interesses de classe.

O docente vê-se assim aprisionado num discurso que criminaliza a resistência e glorifica a adaptação, perpetuando a ideia de que a precarização é consequência de sua própria incapacidade de acompanhar o ritmo da era digital. O sofrimento psíquico, que se intensifica na categoria docente, expressa não apenas a sobrecarga, mas a violência simbólica de um sistema que responsabiliza o indivíduo pela barbárie estrutural (Barreto; Heloani, 2011).

O capitalismo digital, ao mesmo tempo em que dissolve fronteiras entre trabalho e lazer, cria um novo campo de disputa: o controle do sensorial humano. A hiperexposição às telas, a velocidade das informações e a fragmentação da atenção não são efeitos colaterais, mas objetivos centrais do regime de acumulação, que depende da captura contínua da atenção como recurso econômico. A escola, imersa nessa lógica, corre o risco de ser despojada de sua dimensão formativa, convertida em simples canal de transmissão de estímulos fragmentados que imitam o fluxo das redes sociais. A formação integral do ser humano cede espaço a um treinamento para responder a comandos digitais, reduzindo o potencial crítico e a sensibilidade estética (Dijck; Poell; Waal, 2018).

Invocamos aqui a postura de investigadores comprometidos com o trabalho comunal da ciência, imersos em escolas e universidades, entre assembleias, debates, congressos, orientações e reuniões de coletivos que concebem a educação a partir do substrato onde a existência vibra, e inquirimos como Paulo Freire enxergaria este panorama em que professores e estudantes são condicionados a reagir a telas ao mesmo tempo em que carecem de responder às prementes solicitações da sociedade civil.

Freire (1996) nos recordaria que não há isenção no gesto de transmitir conhecimento, que toda opção pedagógica pressupõe um projeto de mundo, e que a formação não pode ser diminuída a procedimentos que domesticam a inquietação, pois o conhecimento exige intercâmbio, colocação de problemas e devoção à dignidade humana. Nossa indagação que vibra, então, não é somente se a escolarização dirigida por plataformas gera ganho, mas se cria indivíduos aptos a desvendar a dor social e intervir com firmeza e apoio, sem confundir educação com retorno financeiro mensurável, nem investigação com inventário de indicadores concebidos para capturar a concentração, pois o que prevalece é a humanização do processo formativo, e não a transmutação do tempo vivenciado em algarismo.

Nesse sentido, a precarização da vida docente deve ser compreendida não apenas como efeito da exploração econômica, mas como parte de uma ofensiva mais ampla contra a própria possibilidade de cultivo de experiências formativas que transcendam o imediatismo do capital. O docente não perde apenas salário e direitos, mas perde tempo de vida, perde corpo, perde a possibilidade de encontro com seus estudantes em condições de plenitude. A uberização, ao fragmentar o trabalho em unidades mínimas de tempo e remuneração, fragmenta também a própria experiência pedagógica, corroendo a integridade da prática educativa e condenando-a à lógica da entrega sob demanda (Abilio, 2020).

O que surge, assim, é uma condição histórica em que o professor brasileiro se situa na vanguarda do conflito contra a tomada total da existência pelo capital digital-financeiro. Sua fragilização não é somente material, mas referente ao ser, pois atinge a própria essência do que significa formar. Ao converter a temporalidade do professor em mercadoria, o capitalismo digital compromete a possibilidade de reflexão, vivência e criação, estabelecendo um regime de subsistência incessante. A docência, nesse panorama, não é apenas ocupação esgotada, mas uma alegoria ativa de uma sociedade em que cada instante é transmutado em ganho de terceiros, deixando apenas vestígios de cansaço e aflição (Mészáros, 2011).

O desafio que se apresenta é compreender essa realidade como expressão de contradições mais amplas do capital, que, incapaz de sustentar taxas de lucro no modelo produtivo, avança sobre o tempo humano como última fronteira. A escola precarizada, o docente exaurido e o aluno treinado para ser consumidor de plataformas são faces distintas de uma mesma violência estrutural. Nesse processo, o que está em jogo não é apenas a valorização da carreira docente, mas a própria defesa da educação enquanto prática de emancipação. Resistir a essa captura digital-financeira é mais do que reivindicação corporativa, é um imperativo ético de preservação da vida contra a barbárie da mercantilização total (Marini, 1973; Harvey, 2016).

CONCLUSÕES

Desenvolvemos neste artigo uma análise que percorreu desde a mundialização sob dominância financeira até a plataformização do ensino, ressaltando que os trinta anos da Reforma do Aparelho do Estado consolidaram uma inflexão decisiva. Privatizações, terceirizações e contratos de gestão colocaram a escola pública dentro de circuitos empresariais que transformaram políticas educacionais em mercadorias. A escola foi gradualmente incorporada a pacotes de serviços, submetida a sistemas de avaliação externos e pressionada por indicadores que favorecem conglomerados em detrimento da universalização do direito à educação. No aniversário da reforma de 1995, já se reconhece a existência de uma indústria educacional articulada a lógicas de lucro, sustentada pela captura da esfera pública por corporações transnacionais que atuam na formação, na gestão escolar e nos currículos digitais.

No exame da plataformização, observamos como o capitalismo digital converteu informação em fonte de valorização. Corporações de tecnologia associadas a fundos de investimento instalaram-se nas redes de ensino como mediadoras de comunicação, avaliação e vigilância. Essa presença implica mais do que oferta de ferramentas, significa reconfiguração da relação pedagógica, disciplinada por algoritmos e métricas. Professores e estudantes passam a responder a comandos automáticos, e a multiplicidade da experiência escolar é reduzida a números em painéis de desempenho. A promessa de modernidade carrega consigo uma reorganização da escola em sintonia com fluxos financeiros globais, na qual a autonomia pedagógica é comprimida e o tempo de vida docente é consumido pela lógica da conectividade.

A materialidade desse processo aparece em números concretos. Entre os compradores e investidores mais ativos no setor educacional brasileiro, entre 1999 e 2018, destacam-se: Kroton Educacional S.A. (6.932 milhões de dólares), Itaú Unibanco S.A. (1.997 milhões), Pearson PLC (1.486 milhões), Tarpon Gestora de Recursos S.A. (1.472 milhões), Editora e Distribuidora Educacional S.A. (1.316 milhões), Anhanguera Educacional Ltda. (645 milhões), Laureate Education, Inc. (494 milhões), Somos Educação S.A. (486 milhões) e Ânima Holding S.A. (449 milhões) (Borsari, 2023). Esses valores demonstram um processo intenso de fusões e aquisições que concentra poder, unifica serviços e transforma educação em setor estratégico para o capital financeiro.

Outro aspecto central do debate é a precarização docente nesse ambiente de financeirização e digitalização. Jornadas estendidas, remuneração insuficiente, contratos temporários e vigilância permanente traduzem o desgaste físico e mental da categoria. O professor, submetido a plataformas e relatórios, é deslocado de seu papel de intelectual e aproximado de um executor de pacotes prontos.

O estudante, por sua vez, converte-se em dado comercializável, alimentando mercados de previsão de comportamento. Essa reorganização, não assegura emancipação, coloca em xeque a própria função da escola, que passa a oferecer treinamentos para responder a telas em vez de promover a reflexão crítica e a construção coletiva de conhecimentos.

Ao concluir, afirmamos que a educação se tornou mercadoria de alto valor no capitalismo digital, comparável a uma nova corrida pelo ouro. A modalidade a distância ampliou oportunidades para muitos, e a plataformação pode expandir ainda mais esse alcance, mas o custo social é elevado. A captura de dados, a redução da autonomia docente e a submissão curricular a investidores ameaçam o sentido público da escola. A expansão sem regulação reforça desigualdades e fragiliza a formação crítica. A mercantilização da educação pode, de fato, gerar dividendos expressivos, mas questiona-se, de que modo garantir que a escola não se resuma a campo de extração financeira, e sim permaneça como espaço de emancipação coletiva?

REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 102-124.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; BASSO, Pietro; PEROCCHO, Fábio. O trabalho digital, seus significados e seus efeitos, no quadro do capitalismo pandêmico. *In*: ANTUNES, Ricardo *et al.* (orgs.). **Icebergs à deriva**: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 41-52.

BALL, Stephen J. **Global education inc.:** new policy networks and the neo-liberal imaginary. London: Routledge, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203803301>.

BARRETO, Margarida Maria Silveira; HELOANI, José Roberto Montes. Da violência moral no trabalho à rota das doenças e morte por suicídio. *In*: ALVES, Giovanni; VIZZACCARO-AMARAL, André Luís; MOTA, Daniel Pestana (org.). **Trabalho e Saúde**: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTr, 2011. p. 173-184.

BORSARI, Pietro Rodrigo. **A financeirização do ensino superior privado no Brasil (1996-2022)**. 2023. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

BOWN, Alfie. **The Playstation Dreamworld**. London: Verso, 2017.

BRATTON, Benjamin. **The Stack**: on software and sovereignty. Cambridge: MIT Press, 2015. DOI: <https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262029575.001.0001>.

BRUNO, Fernanda Glória. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2019.

BRUNO, Fernanda Glória; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratórios de plataforma: mercado, ciência e modulação de comportamentos. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. e33095, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.3.33095>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/33095>. Acesso em: 29 set. 2025.

BUCKINGHAM, David. **Beyond technology**: children's learning in the age of digital culture. Cambridge: Polity Press, 2007.

CGI.br. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Educação em um cenário de plataformização e de economia dos dados: problemas e conceitos**. São Paulo: CGI.br, 2022. Disponível em: https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/20220929112852/educacao_em_um_cenario_de_plataformiza%C3%A7ao_e_de_economia_de_dados_problemas_e_conceitos.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

CHESNAIS, Francois. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, Francois. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARGONI, Everton Henrique Eleutério; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes. Capitalismo acadêmico e a competição alienante entre professores. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 2, p. 1113-1131, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v49i2.79133>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/79133>. Acesso em: 29 set. 2025.

FREINET, Celestin. **A educação do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAZELKORN, Ellen. Reflections on a decade of global rankings: what we've learned and outstanding issues. **Beitraege zur Hochschulforschung**, Munique, v. 49, n. 1, p. 12-28, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/ejed.12059>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ejed.12059>. Acesso em: 29 set. 2025.

LEHER, Roberto. Mercantilização da Educação Básica, sistemas de ensino e plataformas de trabalho como expressões da pedagogia do capital. **Paradigma**, Maracay, v. 44, n. 5, p. 34–60, 2023. DOI: <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2023.p34-60.id1495>. Disponível em: <https://revistaparadigma.com.br/index.php/paradigma/article/view/1495>. Acesso em: 29 set. 2025.

LEHER, Roberto. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid-19. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 26, n. esp., p. 78-102, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26nEp78-102>. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20262>. Acesso em: 29 set. 2025.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2001.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 2.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011. Livro I.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Dênis de. **A batalha da comunicação digital**. Rio de Janeiro: Mauad, 2021.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SADOWSKI, Jathan. When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. **Big Data & Society**, p. 1-12, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/2053951718820549>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053951718820549>. Acesso em: 29 set. 2025.

SELWYN, Neil. **Education and technology**: key issues and debates. London: Bloomsbury, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5040/9781474235952>.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Universidade inacabada**: razão e precariedade. São Paulo: Mercado de Letras, 2025.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 2011.

SLAUGHTER, Sheila; RHOADES, Gary. **Academic capitalism and the new economy**: market, state and higher education. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

TURMENA, Leandro; NUNES, Sidemar Presotto. A financeirização da Educação: os fundos de investimentos nos “grupos educacionais”. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 22, e022046, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v22i00.8661334>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8661334>. Acesso em: 29 set. 2025.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. **The Platform Society**: public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1093/oso/9780190889760.001.0001>.

VERGER, Antoni; NOVELLI, Mario; ALTINYELKEN, Hülya Kosar. Global education policy and international development: an introductory framework. *In*: VERGER, Antoni; NOVELLI, Mario; ALTINYELKEN, Hülya Kosar. (ed.). **Global education policy and international development**: new agendas, issues and policies. London: Bloomsbury, 2012. p. 3-32.

VIEGAS, Moacir Fernando; LAMB, Marcelo Eder. Plataformas digitais, estado e desigualdade no trabalho docente com dados. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 45, e289632, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC289632>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/fmmJqcb7V3BbkZytcd9dxYD/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2025.

WILKE, Valéria Cristina Lopes; FEIJÓ, Marcelo Santos. Aspectos da plataformação educacional na educação básica brasileira: a “Escola do Cansaço” na era do Big Data. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 418-437, nov. 2023. DOI: <https://doi.org/10.21728/logeion.2023v10nesp2.p418-437>. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/248337>. Acesso em: 29 set. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Submetido: 30/09/2025
Correções: 22/11/2025
Aceite Final: 11/02/2026